

PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DE ANITÁPOLIS

3ª Reunião
Núcleo Gestor

02

maio
2024



**Participa
Anita**

A stylized map of the municipality of Anitápolis is shown on the right side of the image. The map is composed of several overlapping, semi-transparent shapes in various colors: blue, green, orange, and red. The text 'Participa Anita' is overlaid on the map in a large, white, sans-serif font.

metodologia e cronograma



pautas da 3ª reunião do Núcleo Gestor de Anitápolis

- aprovação da ata da Segunda Reunião do Núcleo Gestor;
- deliberação sobre o cronograma de atividades participativas;
- apresentação da sistematização das contribuições da Segunda Rodada de Oficinas;
- apresentação do processo de Consulta Pública.



Aprovação da ata da 2ª Reunião do Núcleo Gestor



Cronograma de atividades participativas



Cronograma

Ao longo dos eventos participativos, o dia de menos adesão tem sido os sábados pela manhã:

- 1ª Rodada de Oficinas Comunitárias contou com 33 participantes no dia 25/10 (quarta) e 10 participantes no dia 28/10 (sábado);
- 2ª Rodada de Oficinas Comunitárias contou com 11 participantes no dia 03/04 (quarta) e 05 participantes no dia 05/04 (sábado);



MAIO / 2024						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
28	29	30	01	02	03	04
05	06	07	08	09	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	01

JUNHO / 2024						
DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB
02	03	04	05	06	07	08
09	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29

Cronograma - Oficinas e Consulta Pública

08/05

Publicação do Edital de Convocação e do Regimento da Consulta Pública

15/05

Realização da Terceira Rodada de Oficina - apresentação de parâmetros da Versão Preliminar

18/05 (verificar necessidade)

Realização da Terceira Rodada de Oficina - apresentação de parâmetros da Versão Preliminar

22/05 a 05/06 (15 dias)

Período de Consulta Pública sobre a Versão Preliminar

10 - 14/junho - Reunião Núcleo Gestor

24 - 28/junho - Realização da Conferência Final



Sistematização das Contribuições da Segunda Rodada de Oficinas Comunitárias



Registros

Segunda Rodada de Oficinas

Segunda Rodada de Oficinas	Participantes	Fichas
Oficina 01 - 03/04/2024 Quarta-feira 19h	11	
Oficina 02 - 05/04/2024 Sábado 9h	5	
total	16	14



Conteúdo apresentado

- Princípios;
- Apresentação dos temas:
 - Macrozoneamento
 - Centralidades
 - Perímetro Urbano e Condicionantes Ambientais
 - Redes de Espaços Livres
 - Mobilidade
 - Turismo, Patrimônio Cultural, e Área Rural
 - Irregularidade Fundiária
 - Possibilidades para Ocupação Rural
 - Políticas Setoriais e
 - Instâncias Participativas



Metodologia da Oficina

Atribuição de aderência/aprovação das afirmações propostas com base nas Diretrizes e Eixos Estratégicos

Fichas de Manifestação

A dinâmica das fichas acontecerá a cada Bloco da seguinte forma:

- Apresentação dos temas e conteúdos;
- Indicação das diretrizes e estratégias propostas;
- Preenchimento da ficha com a avaliação do nível de importância da afirmação apresentada;

1	2	3	4	5
				

pouco importante muito importante

Revisão do Plano Diretor de Anitápolis
Assinale a opção pelo nível de importância.

BLOCO 01
Por favor, pontue o nível de importância das afirmações propostas para o Município, de 1 a 5, sendo 1 Pouco importante para o Município e 5 Muito importante para o Município.

MACROZONAMENTO
O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural), com diretrizes adequadas a cada uma delas.

pouco importante					muito importante
1	2	3	4	5	

Se preferir, adicione um comentário:

PERÍMETRO URBANO, ÁREAS DE RISCO E CENTRALIDADE
O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

pouco importante					muito importante
1	2	3	4	5	

Se preferir, adicione um comentário:

Revisão do Plano Diretor de Anitápolis
Assinale a opção pelo nível de importância.

BLOCO 01
Por favor, pontue o nível de importância das afirmações propostas para o Município, de 1 a 5, sendo 1 Pouco importante para o Município e 5 Muito importante para o Município.

MACROZONAMENTO
O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural), com diretrizes adequadas a cada uma delas.

pouco importante					muito importante
1	2	3	4	5	

Caso queira, adicione um comentário:

PERÍMETRO URBANO, ÁREAS DE RISCO E CENTRALIDADE
O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

pouco importante					muito importante
1	2	3	4	5	

Caso queira, adicione um comentário:

Ao todo foram recebidas **14 fichas** para fins de sistematização da dinâmica geral. Das 14 fichas recebidas, nem todas tiveram as respostas preenchidas.



Metodologia da Sistematização

Para análise dos resultados das avaliações que serão apresentadas em cada um dos temas, foi realizada uma média simples das notas de avaliação, acompanhada de uma porcentagem de aprovação.

Exemplo:

Tabela 01. Exemplo de avaliação da afirmação do tema:

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	
número de respostas	0	1	1	4	7	1

Fonte: Autores.

$$7 \text{ (fichas)} \times 5 \text{ (atribuição de nota)} = 35$$

$$4 \text{ (fichas)} \times 4 \text{ (atribuição de nota)} = 16$$

$$1 \text{ (ficha)} \times 3 \text{ (atribuição de nota)} = 3$$

$$1 \text{ (ficha)} \times 2 \text{ (atribuição de nota)} = 2$$

1 ficha sem atribuição de nota.

Somatório:

$$35 + 16 + 3 + 2 = 56$$

Média:

$$56 / 13 \text{ (fichas válidas)} = 4,30$$

Índice de aprovação: **86%**



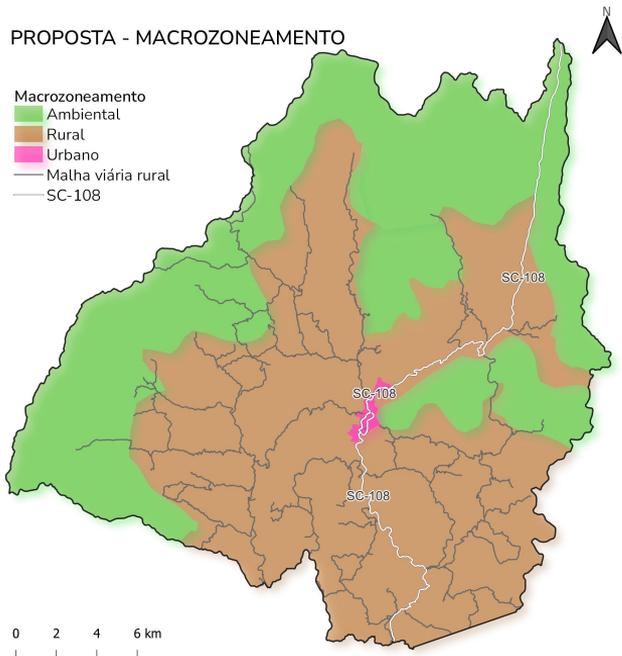
Sistematização por afirmação



Macrozoneamento

PROPOSTA - MACROZONEAMENTO

Macrozoneamento
Ambiental
Rural
Urbano
Malha viária rural
SC-108



DIRETRIZ

O plano diretor deve considerar três macrozonas principais (urbana, ambiental e rural) com diretrizes adequadas a cada uma delas.

Tabela Avaliação Macrozoneamento

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	1
número de respostas	0	1	1	4	7	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 4,30
percentual: 86% - aprovado



Perímetro Urbano, Áreas de Risco e Centralidade

Metodologia delimitação do perímetro urbano

O QUE PRECISA SER CONSIDERADO PARA DELIMITAÇÃO DO PERÍMETRO URBANO?

A caracterização das condicionantes ambientais são **fundamentais** para a definição e análise do perímetro urbano, possibilitando a ocupação em áreas sem risco de desastres e sem restrições ambientais.



Fomento à centralidades

Vila Antônio David

PROBLEMATICAS

- Pouca infraestrutura
- Inregularidade fundiária
- Inexistência de Centros de Educação Infantil e equipamentos de Saúde

POTENCIALIDADES

- Área com ocupação residencial consolidada
- Possibilidade de ampliação dos comércios e serviços
- Regularização Fundiária
- Áreas para ampliação da malha urbana preconcizando a mobilidade ativa

Pórtico Turístico

PROBLEMATICAS

- Pouca infraestrutura
- Desconectada da malha urbana

POTENCIALIDADES

- Área com baixa suscetibilidade
- Áreas planas
- Já possui característica industrial que pode ser ampliada

Centro

PROBLEMATICAS

- Edificações em áreas de risco
- Edificações em áreas de Preservação Permanente
- Suscetibilidade a inundações
- Pouco espaço para expansão

POTENCIALIDADES

- Área mais bem servida de equipamentos e serviços
- Possibilidade de ampliação da oferta de comércios e serviços
- Potencial para verticalização
- Grande quantidade de imóveis de relevância cultural
- Área para aplicação dos instrumentos urbanísticos
- Potencial para qualificação viária preconcizando a mobilidade ativa

DIRETRIZ

O plano diretor deve qualificar a centralidade existente e propor novas centralidades, orientando o crescimento urbano para áreas com menor risco ambiental.

Tabela Avaliação Macrozoneamento

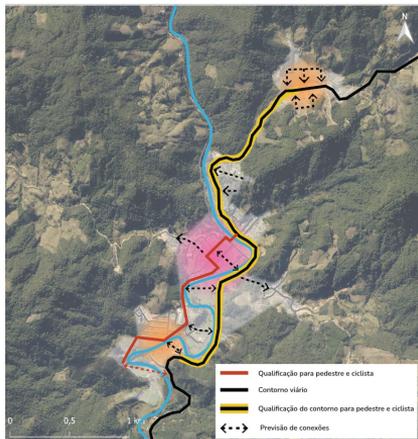
	pouco importante			muito importante		não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	
número de respostas	0	2	0	3	8	1

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 4,30
percentual: 86% - aprovado



Mobilidade



Estratégias de melhoria da mobilidade urbana

Objetivos:

- Avaliar possibilidade de implementação de transporte público municipal e intermunicipal;
- Buscar integração com a política de mobilidade urbana da RMF;
- Fomentar conexões qualificadas com municípios vizinhos;
- Fortalecer gestão das ações de manutenção das estradas;
- Melhoria das condições de mobilidade ativa (pedestres e ciclistas) no núcleo urbano central.

DIRETRIZ

O plano diretor deve qualificar vias de conexão entre as centralidades que priorizem modos de deslocamento ativos (caminhada e bicicleta).

Tabela Avaliação Mobilidade

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	0
número de respostas	1	0	1	4	8	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 4,28

percentual: 85,6% - aprovado

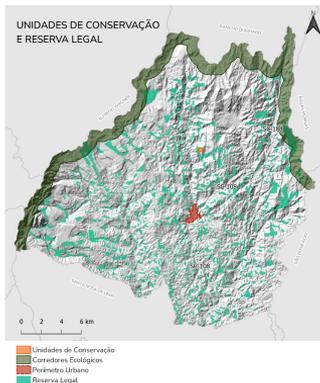


Redes de Espaços Livres

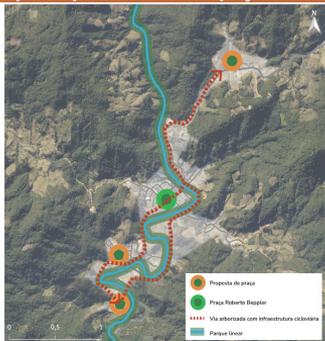
Rede de espaços livres

POLÍTICAS EXISTENTES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL EM ANITÁPOLIS

- Zonas especiais no Plano Diretor;
- Corredor Ecológico Caminho das Nascentes;
- Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Rio da Prata Bugiu;
- Projeto de criação de uma Unidade de Conservação na forma de um Parque Nacional, denominada Campo dos Padres.



Proposta para rede de espaços livres



Objetivos:

- Proporcionar uma **distribuição equitativa e acessível de áreas verdes para os cidadãos**, promovendo a qualidade de vida e o bem-estar da população.
- **Preservação do meio ambiente e da biodiversidade**, a melhoria da qualidade do ar, a redução do impacto das ilhas de calor nas áreas urbanas e o controle das águas pluviais.
- **Criar um sistema de lugares significativos do patrimônio histórico construído**, criando conexões entre as edificações históricas construídas, localizadas tanto em áreas rurais quanto urbanas, e dando significado aos conjuntos e à paisagem cultural;

DIRETRIZ

O plano diretor deve demarcar áreas de interesse ambiental prioritárias à implantação de espaços de lazer, reforçando a integração entre as paisagens naturais e as centralidades propostas.

Tabela Avaliação Rede de Espaços Livres

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	0
número de respostas	1	1	3	4	5	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 3,78
percentual: 75,6% - aprovado



Turismo e Patrimônio Cultural

Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO

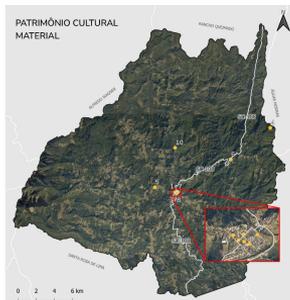
- Serra Geral;
- Geomorfologia;
- Paisagem;
- Clima bucólico;
- Preservação ambiental.



Patrimônio cultural

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL / FOMENTO

- Baixa valorização e gestão do patrimônio cultural.
- Falta de demarcação de áreas de patrimônio.



1. Pólo do Patrimônio Agrícola
2. Paróquia São Sebastião
3. Casarão dos Bisposit
4. Memorial do Conde de Serra da Garganta
5. Casarão Pousada Haras Coração de Ouro
6. Igreja Rio Dos Patroes
7. Casarão da cooperativas eletrificação rural de Antipólis
8. Pólo do Patrimônio e Confeitaria Antipólis
9. Praça Municipal Roberto Rogério
10. Pousada Sítio Pousagada

DIRETRIZ

O plano diretor deve fomentar a diversificação econômica a partir do incentivo ao turismo de baixo impacto ambiental e da valorização e proteção do patrimônio cultural (ambiental e paisagístico) nas áreas rurais.

Tabela Avaliação Turismo e Patrimônio Cultural

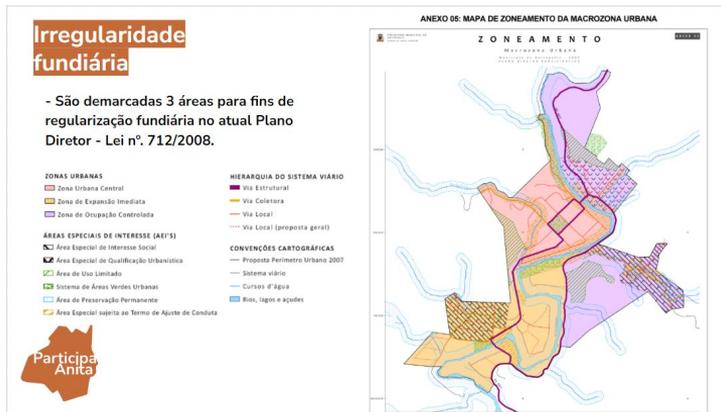
	pouco importante		muito importante		não respondeu	
opções de resposta	1	2	3	4	5	0
número de respostas	0	0	1	2	11	0

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 4,71
percentual: 94,2% - aprovado



Irregularidade Fundiária



DIRETRIZ

O plano diretor deve prever parâmetros e procedimentos adequados de regularização fundiária para áreas urbanas e rurais.

Tabela Avaliação Irregularidade Fundiária

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	0
número de respostas	0	0	0	2	12	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 4,85
percentual: 97% - aprovado

Regularização Fundiária

o que o plano pode viabilizar?

- Identificar áreas passíveis de Regularização Fundiária;
- Demarcar áreas ou zonas no Plano;
- Definir diretrizes para as áreas de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S);
- Definir critérios e parâmetros para o projeto de regularização;
- Definição de critérios para caracterização de NUI consolidado;
- Definir prioridades de análise e aprovação;
- Definição de contrapartidas para os processos (Reurb-E);

- Critérios que poderão ser trabalhados: tempo de ocupação;
- quantidade de lotes mínimos;
- quantidade de lotes ocupados;
- dimensão mínima do lote;
- dimensão de vias;
- infraestrutura instalada.



Possibilidades para a Ocupação em Áreas Rurais

Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Turismo e Patrimônio

- Definir áreas adequadas no município para os condomínios rurais que estejam vinculadas ao fomento do turismo e a valorização do patrimônio cultural;

Vias estruturantes

- Estabelecer que a ocupação no formato de condomínios ocorra próxima às vias estruturantes;
- Separar, no Plano Diretor, as responsabilidades do município e as responsabilidades dos proprietários;

Dimensões e Áreas Máximas

- Definir parâmetros adequados de dimensão de gleba e de fracções ideais, no caso de condomínios rurais;



Possíveis critérios para estabelecer condomínios rurais

Espaços comuns

- Prever vias internas, áreas para atividades agrícolas, áreas para reserva legal e espaços de Uso Comum, que são de responsabilidade do condomínio.

Uso misto para atividades agropecuárias

- Estabelecer quantidade e tipo de equipamentos e/ou edificações de apoio às atividades agropecuárias;

Índices construtivos

- Estabelecer afastamentos e índices de ocupação para as edificações (como Taxa de Ocupação Máxima e Índice de Aproveitamento);
- Definir número de edificações por fração ideal;

Procedimentos para aprovação

- Definir processos e fases da aprovação da viabilidade dos empreendimentos.



DIRETRIZ

O plano diretor deve prever áreas para implementação de condomínios rurais com parâmetros adequados, que considerem aspectos geoambientais e de mobilidade.

Tabela Avaliação Possibilidades para a Ocupação em Áreas Rurais

	pouco importante			muito importante		não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	
número de respostas	0	0	4	2	8	0

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 4,28
percentual: 85,6% - aprovado



Políticas Setoriais

Tabela Avaliação Políticas Setoriais

opções de resposta	pouco importante		muito importante			não respondeu	
	1	2	3	4	5		
Política de Mitigação de Desastres Ambientais	0	0	2	3	8	1	média numérica: 4,46 percentual: 89,2% - aprovado
Política Ambiental	1	1	2	5	4	1	média numérica: 3,76 percentual: 75,2% - aprovado
Política de Saneamento Básico	0	0	1	2	10	1	média numérica: 4,69 percentual: 93,8% - aprovado
Política de Desenvolvimento Rural	0	1	0	3	9	1	média numérica: 4,53 percentual: 90,6% - aprovado
Política de Preservação e Valorização do Patrimônio	0	0	3	2	9	1	média numérica: 4,76 percentual: 95,2% - aprovado
Política de Habitação e Regularização Fundiária	0	0	0	2	11	1	média numérica: 4,84 percentual: 96,8% - aprovado

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.



Instâncias Participativas

Instâncias Participativas - proposta

O Estatuto da Cidade (Lei federal 10.257/2001), diretrizes previstas no art. 2º
Gestão democrática da cidade, por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, na execução e no acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (inciso II)



DIRETRIZ

O plano diretor deve fortalecer as instâncias participativas na política urbana municipal e consolidar a atuação do Conselho de Desenvolvimento Municipal no processo de gestão e planejamento territorial.

Tabela Avaliação Instâncias Participativas

	pouco importante		muito importante			não respondeu
opções de resposta	1	2	3	4	5	1
número de respostas	0	0	4	1	8	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

média numérica: 3,78
percentual: 75,6% - aprovado



Resultado e publicação

Tabela Síntese de Avaliação

Tema	Média numérica	Porcentagem de aceite	
Macrozoneamento	4,30	86%	
Perímetro Urbano, Áreas de Risco e Centralidade	4,30	86%	
Mobilidade	4,28	85,6%	
Redes de Espaços Livres	3,78	75,6%	
Turismo e Patrimônio Cultural	4,71	94,2%	
Irregularidade Fundiária	4,85	97%	
Possibilidades para Ocupação em Área Rural	4,28	85,6%	
Políticas Setoriais	Política de Mitigação de Desastres Ambientais	4,46	89,2
	Política Ambiental	3,76	75,2%
	Política de Saneamento Básico	4,69	93,8%
	Política de Desenvolvimento Rural	4,53	90,6%
	Política de Preservação e Valorização do Patrimônio	4,76	95,2%
	Política de Habitação e Regularização Fundiária	4,84	96,8%
Instâncias Participativas	3,78	75,6%	

Fonte: Oficina. Sistematização dos autores.

Documento de Publicação



Consulta Pública Versão Preliminar



Consulta Pública

O que é? Qual o período?

A Consulta Pública é instrumento de gestão democrática e participativa a ser realizada em caráter **consultivo e propositivo**, sendo aberta a interessados em contribuir com o processo de Revisão do Plano Diretor.

Publicação do **Regimento Interno de Regramento da Consulta Pública** 15 dias antes do início

Consiste na divulgação do texto da **Versão Preliminar** do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor Participativo de Anitápolis.

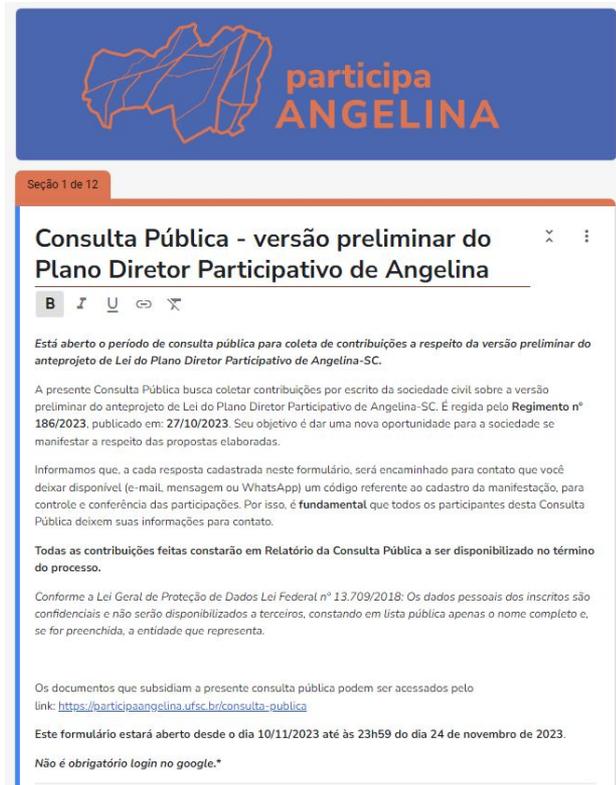
Período: 22/05/2024 a 05/06/2024 - período de 15 dias

Local de acesso aos documentos: on-line e físico na Prefeitura Municipal



Consulta Pública

Exemplo de Angelina Contribuições on-line



The screenshot shows the top part of a web browser displaying the 'participa ANGELINA' logo. Below the logo, the page title is 'Consulta Pública - versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina'. The text on the page includes: 'Está aberto o período de consulta pública para coleta de contribuições a respeito da versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC.', 'A presente Consulta Pública busca coletar contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. É regida pelo Regimento nº 186/2023, publicado em: 27/10/2023. Seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.', 'Informamos que, a cada resposta cadastrada neste formulário, será encaminhado para contato que você deixar disponível (e-mail, mensagem ou WhatsApp) um código referente ao cadastro da manifestação, para controle e conferência das participações. Por isso, é fundamental que todos os participantes desta Consulta Pública deixem suas informações para contato.', 'Todas as contribuições feitas constarão em Relatório da Consulta Pública a ser disponibilizado no término do processo.', 'Conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Lei Federal nº 13.709/2018: Os dados pessoais dos inscritos são confidenciais e não serão disponibilizados a terceiros, constando em lista pública apenas o nome completo e, se for preenchida, a entidade que representa.', 'Os documentos que subsidiam a presente consulta pública podem ser acessados pelo link: <https://participaangelina.ufsc.br/consulta-publica>', 'Este formulário estará aberto desde o dia 10/11/2023 até às 23h59 do dia 24 de novembro de 2023.', and 'Não é obrigatório login no google.*'

Exemplo de Angelina Contribuição física



Consulta Pública versão preliminar do Plano Diretor Participativo de Angelina

A presente Consulta Pública busca coletar contribuições, por escrito, da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. É regida pelo Decreto nº, publicado em: [data]. Seu objetivo é dar uma nova oportunidade para a sociedade se manifestar a respeito das propostas elaboradas.

Identificação
Nome: _____ CPF: _____
Endereço: _____
Entidade: _____
Celular e e-mail: _____

Proposta

A proposta se refere a qual dispositivo da versão preliminar do Plano Diretor? (Número do Artigo ou do Anexo. Ex: Título X, Artigo 18, inciso II e Mapa 01)

Qual o caráter de sua sugestão?

Inclusão Exclusão Modificação

Qual alteração você gostaria de sugerir?

Apresente uma justificativa para sua sugestão:

Agradecemos imensamente seu tempo e colaboração para a consulta pública do Projeto de Lei do Plano Diretor Participativo de Angelina-SC. As suas respostas serão somadas às de outras pessoas e analisadas conforme respaldo técnico e jurídico da equipe técnica, para serem ou não adicionadas ao projeto de lei. Para a conferência no documento de resposta às manifestações, este é seu código: **FF01.Centro**

Para a conferência no documento de resposta às manifestações, você pode destacar esta seção da folha que contém o código da sua manifestação: **FF01.Centro**

Todas as Contribuições serão
codificadas para que os
participantes possam verificar a
resposta posteriormente, na
Conferência Final.



Consulta Pública

O formulário deve conter:

- a identificação do(a) proponente, contendo nome, data de nascimento, CPF, contato válido;
- a identificação do artigo, parágrafo, inciso, alínea ou anexo a que se refere a proposta ou questionamento;
- a proposta de aperfeiçoamento e questionamento;
- respectiva justificativa.

Somente serão válidos os formulários que atenderem aos requisitos descritos.

Deverá ser garantido ao interessado que a entrega do formulário será feita presencialmente e em versão impressa **na sede da Prefeitura no Centro.**



Consulta Pública - Sistematização

Respostas Técnicas e Jurídicas

Todas as contribuições recebidas serão sistematizadas e receberão respostas técnicas e/ou jurídicas na Conferência Final - que também deverá definir o regramento específico.

Na próxima reunião do Núcleo Gestor será encaminhada a minuta do Regimento Interno da Conferência Final com o regramento.



**APONTE A CÂMERA
DO SEU CELULAR**



ACOMPANHE O PROCESSO

contato e-mail

participaanita@gmail.com

redes sociais



[@participaanita](#)

